

Laura Montenegro Góes

**REFLEXÕES ACERCA DO LIVRO DIDÁTICO DE SOCIOLOGIA
NO ENSINO MÉDIO:
UM ESTUDO DE CASO DO ANTES E DEPOIS DO PNLD DE
2012**

Trabalho de Conclusão de Curso
submetido ao Departamento de
Sociologia e Ciência Política da
Universidade Federal de Santa
Catarina para a obtenção do Grau de
Licenciatura em Ciências Sociais.
Orientador: Prof.^a Nise Maria Jinkings,
Dr.^a

Florianópolis
2013

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária
da UFSC.

Góes, Laura Montenegro

Reflexões Acerca do Livro Didático de Sociologia no
Ensino Médio : Um Estudo de Caso do Antes e Depois do PNLD
de 2012 / Laura Montenegro Góes ; orientadora, Nise Maria
Jinkings - Florianópolis, SC, 2013.

32 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) -
Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de
Filosofia e Ciências Humanas. Graduação em Ciências Sociais.
Inclui referências

1. Ciências Sociais. 2. Ensino de Sociologia. . 3.
Ensino Médio. . 4. Livro Didático de Sociologia.. I.
Jinkings, Nise Maria. II. Universidade Federal de Santa
Catarina. Graduação em Ciências Sociais. III. Título.

Laura Montenegro Góes

**REFLEXÕES ACERCA DO LIVRO DIDÁTICO DE SOCIOLOGIA
NO ENSINO MÉDIO:
UM ESTUDO DE CASO DO ANTES E DEPOIS DO PNLD DE
2012**

Este Trabalho de Conclusão de Curso foi julgado adequado para obtenção do Título de “Licenciatura em Ciências Sociais”, e aprovado em sua forma final pelo Curso de Graduação em Ciências Sociais

Florianópolis, 02 de agosto de 2013.

Prof. Tiago Bahia Losso, Dr.
Coordenador do Curso

Banca Examinadora:

Prof.^a Nise Maria Jinkings, Dr.^a
Orientadora
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof.^a Maria Soledad E. Orchard, Dr.^a
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Marival Coan, Dr.
Instituto Federal de Santa Catarina

Dedico este trabalho a todos que participaram direta ou indiretamente de sua construção: minha família, que me inspira e apóia; meus amigos, que fazem com que os momentos difíceis não pareçam tão ruins; professores, colegas e alunos, com quem convivi e trabalhei, que muito me ensinaram.

RESUMO

A questão das consequências da implementação dos livros didáticos de Sociologia no Ensino Médio pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) de 2012 é central neste estudo de caso realizado no período de abril de 2011 a julho de 2013 através do Estágio Supervisionado em Ciências Sociais I e II deste curso da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), das oficinas realizadas pelo Laboratório de Ensino Interdisciplinar de Filosofia e Sociologia (LEFIS) e das atividades como bolsista do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID). Justificada por sua relevância na consolidação da Sociologia como disciplina escolar e no desenvolvimento do trabalho do professor desta disciplina, esta questão é trabalhada a partir da análise da trajetória da Sociologia no Ensino Médio brasileiro, das implicações da contemplação da Sociologia pelo PNLD e da sistematização dos dados coletados a fim de levantar reflexões acerca da situação do ensino de Sociologia, das possibilidades de utilização do livro didático de Sociologia e das consequências de sua implementação para os professores, para os alunos e para a dinâmica das aulas.

Palavras-chave: Ensino de Sociologia. Ensino Médio. Livro Didático de Sociologia.

ABSTRACT

The issue of the consequences of the Sociology textbook implementation on High School by the 2012 National Program of Textbook (PNLD) is central to this case study conducted from April 2011 to July 2013 through the Supervised Internship in Social Sciences I and II of this course at the Federal University of Santa Catarina (UFSC), the workshops conducted by the Laboratory for Interdisciplinary Teaching of Philosophy and Sociology (LEFIS) and the activities as a fellow of the Institutional Program of Scholarship for Teaching Initiation (PIBID). Justified by its relevance in the consolidation of Sociology as a school discipline and the development of the teacher's work in this discipline, this issue is elaborated from the analysis of the trajectory of Sociology as a Brazilian High School discipline, of the implications from Sociology's contemplation by the National Program of Textbook and of the systematization of the collected data to raise reflections on the status of Sociology teaching, on the use possibilities of Sociology's textbook and on the consequences of its implementation for the teachers, the students and the class dynamic.

Keywords: Teaching Sociology. High School. Sociology Textbook.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

EEB – Escola de Educação Básica

IEE – Instituto Estadual de Educação

IES – Instituições de Educação Superior

EMI – Ensino Médio Inovador

FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

LDB – Lei de Diretrizes e Bases

LEFIS – Laboratório de Ensino Interdisciplinar de Filosofia e Sociologia

MEC – Ministério da Educação

PIBID – Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência

PNLD – Programa Nacional do Livro Didático

PPP – Plano Político Pedagógico

SEB – Secretaria de Educação Básica

SED – Secretaria de Educação

UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina

SUMÁRIO

1 APRESENTAÇÃO.....	15
2 INTRODUÇÃO	16
3 A TRAJETÓRIA DA SOCIOLOGIA NO ENSINO MÉDIO BRASILEIRO.....	21
4 O PROGRAMA NACIONAL DO LIVRO DIDÁTICO DE SOCIOLOGIA.....	22
5 CONSIDERAÇÕES SOBRE A UTILIZAÇÃO DOS LIVROS DIDÁTICOS DE SOCIOLOGIA	24
6 O LIVRO <i>SOCIOLOGIA PARA O ENSINO MÉDIO</i>	25
7 CONSIDERAÇÕES SOBRE O ANTES E O DEPOIS DO PNLD DE 2012	26
8 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	29
REFERÊNCIAS.....	31

1 APRESENTAÇÃO

A introdução do livro didático de Sociologia no Ensino Médio do Instituto Estadual de Educação (IEE) pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) de 2012 foi acompanhada a partir da minha atuação na área da Licenciatura em Ciências Sociais, iniciada em 2011 através do estágio obrigatório deste curso da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), das oficinas realizadas pelo Laboratório de Ensino Interdisciplinar de Filosofia e Sociologia (LEFIS) e das atividades como bolsista do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID). As observações e reflexões aqui apresentadas foram realizadas considerando a relevância deste processo, que marca uma mudança significativa para a Sociologia como disciplina escolar.

A trajetória da Sociologia nos currículos escolares é intermitente. Após 64 anos à margem dos componentes curriculares, ela retornou aos currículos escolares pelo Parecer CNE/CEB n. 38/2006 e pela Lei nº 11.684, de 2 junho de 2008, sob a qual foi declarada sua obrigatoriedade nos três anos do Ensino Médio.

A obrigatoriedade da disciplina culminou em sua contemplação pelo PNLD de 2012, do Ministério da Educação (MEC), financiado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Este processo de reconhecimento da disciplina ajuda a consolidar seu espaço nos currículos escolares.

Este novo momento da Sociologia levanta antigas e novas preocupações sobre seu ensino nas escolas, entre elas a questão à qual me dedico neste artigo: quais são as implicações do uso do livro didático no trabalho do professor, na aprendizagem do aluno e na dinâmica de sala de aula?

Neste sentido, baseada na observação participante das aulas de Sociologia ministradas pelo professor Marcus Vinicius de Souza em diferentes turmas do Ensino Médio Inovador (EMI) no IEE, na entrevista semi-estruturada realizada com este professor e na minha própria experiência em lecionar nesta escola, como estagiária e bolsista do PIBID, analiso as aulas de Sociologia antes e depois do PNLD de 2012, a fim de refletir sobre as consequências da implementação, no Ensino Médio, dos livros didáticos de Sociologia aprovado pelo MEC através da Secretaria de Educação Básica (SEB).

2 INTRODUÇÃO

A questão das consequências da implementação dos livros didáticos de Sociologia no Ensino Médio é central neste estudo de caso, justificada por sua relevância na consolidação da Sociologia como disciplina escolar e no desenvolvimento do trabalho do professor desta disciplina.

Os dados empíricos para a realização desta pesquisa são frutos da observação participante em diferentes turmas do EMI do IEE, da experiência como docente nesta mesma escola, através do Estágio Supervisionado em Ciências Sociais I e II e do PIBID, e das discussões das reuniões do PIBID e das oficinas do LEFIS.

A coleta de dados teve início através do Estágio Supervisionado em Ciências Sociais I, no primeiro semestre de 2011, e continuou no segundo semestre deste mesmo ano com o Estágio II, com as atividades do PIBID, no qual havia acabado de ingressar, e com as Oficinas do LEFIS, das quais participei a partir das atividades do PIBID. No ano de 2012 a coleta foi realizada através do PIBID e das Oficinas. Finalmente, no primeiro semestre 2013, os últimos dados foram coletados a partir da continuação das atividades do PIBID.

O estágio, a oficina permanente do LEFIS, o PIBID e, principalmente, o IEE (as turmas do EMI e o professor Marcus Vinicius de Souza) foram essenciais para a realização desta pesquisa, cada um de sua maneira. Cabe aqui contextualizá-los, possibilitando uma melhor compreensão dos dados, análises e considerações deste artigo.

As disciplinas de Estágio I e II do curso de Licenciatura em Ciências Sociais são voltadas para a desconstrução da suposta fragmentação entre teoria e prática através do conceito de práxis, desenvolvendo a ação docente como atividade de investigação, reflexão e intervenção, sendo que teoria e prática estão presentes tanto na universidade quanto nas instituições-campo, de forma que é necessário o intercâmbio do que se teoriza e do que se pratica em ambos os espaços. Os debates e as socializações de experiências realizados nestas disciplinas no ano de 2011 proporcionaram o contato com diferentes inquietações acerca do livro didático e sua utilização.

Além dos debates e reflexões, o estágio possibilitou a experiência de lecionar Sociologia no Ensino Médio. O IEE foi definido como local da realização, em duplas, do estágio pela professora Nise Maria Tavares Jinkings de acordo com critérios de consistência e continuidade. Estes critérios estabelecem que a instituição concedente do estágio deve ser preferencialmente pública e consentir a realização de

nossas atividades durante dois semestres. Outro aspecto exigido referia-se ao professor supervisor na escola precisaria ser efetivo da rede pública estadual e formado no curso de Ciências Sociais. Desta forma, durante o primeiro semestre e parte do segundo, iniciáramos a aproximação com a escola, os alunos, o professor e o modo como funciona a disciplina de Sociologia na instituição, a fim de conhecer as condições materiais da realidade em que atuaríamos como docentes durante o final do segundo semestre.

Durante o Estágio I foi realizado o acompanhamento, juntamente com a colega Elis Rodrigues da Costa, das atividades do professor Marcus Vinicius de Souza com a turma 253 do EMI. O acompanhamento desta turma, com duas aulas de Sociologia por semana, iniciou-se em abril, mas teve que ser interrompido em maio por causa da greve de sessenta e dois dias dos trabalhadores em educação de Santa Catarina.¹

No Estágio Supervisionado II, devido reenturmação da turma 253 em consequência da diminuição do número de alunos na turma 253 após a greve, foi necessário trocar a turma com que trabalharíamos. Passamos a trabalhar com a turma 252, também do EMI, sendo que foi possível acompanhar apenas duas aulas com esta turma antes de começarmos a lecionar. Lecionamos dezoito aulas, como estipulado para aquele semestre de Estágio II, dentro do período do dia quatorze de setembro ao dia dezesseis de novembro. Desde agosto nossa atuação no IEE já estava atrelada ao PIBID e por isso seguimos acompanhando esta turma até quinze de dezembro.

Através do PIBID, uma iniciativa da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) com a finalidade de aperfeiçoar e valorizar a formação de professores, possibilitando a parceria entre Instituições de Educação Superior (IES) e escolas de educação básica da rede pública de ensino, foi possível trabalhar com três turmas do EMI do IEE. Com a turma 252 durante o período de agosto a dezembro de 2011, com a turma 150 de março a julho e de agosto a novembro de 2012, e com a turma 253 de abril de 2013 até o presente. O PIBID também possibilitou diversos momentos de reflexão sobre os livros didáticos, realizados a partir do acompanhamento de aulas de Sociologia de diferentes turmas no IEE e

¹ Greve deflagrada em assembleia estadual na cidade de Florianópolis no dia onze de maio por mais de sete mil trabalhadores devido à falta de resposta, da Secretaria Estadual de Educação e do Governo Estadual, de uma proposta de cumprimento da lei do piso por parte do governo do Estado.

na EEB Leonor de Barros, da realização de atividades com estas e das reuniões quinzenais realizadas na sede do LEFIS na EEB Simão José Hess, com todos os integrantes do PIBID de Sociologia – cinco duplas de bolsistas; dois professores supervisores, Marcus Vinicius de Souza, do IEE, e Jorge Simonetti, da EEB Leonor de Barro; e uma coordenadora, a professora Nise Jinkings. Estas vivências e as reuniões propiciaram momentos profícuos de observação e reflexão, tendo grande influência no direcionamento desta pesquisa.

Momentos de levantamento de questões e reflexão também foram proporcionados pelas oficinas do LEFIS, laboratório fruto de convênio entre a UFSC e a SED.² O projeto de extensão do LEFIS “Oficina permanente de Sociologia: metodologia do ensino e experiências docentes no Ensino Médio”, ministrado pela professora Nise Jinkings, é voltado para professores de Sociologia e estudantes de Ciências Sociais, a fim de refletir acerca do ensino de Sociologia, de suas propostas e orientações curriculares e dos recursos e materiais didáticos voltados para este. Esses encontros quinzenais realizados na sede do LEFIS na EEB Simão José Hess durante o último semestre de 2011 e o nos dois semestres de 2012, possibilitaram trocas de experiências de sala de aula, debates sobre a Sociologia e o sistema de ensino e a análise de livros didáticos.

Em 2012 as discussões das oficinas focaram-se sobre os livros didáticos de Sociologia. Em consonância com as discussões sobre o PNLND de Sociologia, realizávamos uma análise comparativa de determinados conceitos e temas em diferentes livros didáticos. Estas análises levantaram questões essenciais para guiar a reflexão sobre as vivências no IEE aqui trabalhadas.

O IEE foi o principal campo de estudo desta pesquisa, local escolhido para serem realizadas as atividades do Estágio I e II e do PIBID por sua concepção de estágio, seu Plano Político Pedagógico e sua condição diferenciada.

Uma das características que diferencia o IEE e que influenciou a escolha por esta escola como campo de ação e pesquisa é o Ensino Médio Inovador, um programa do Ministério da Educação que oferece

² O LEFIS foi criado em dezembro de 2002 a partir da proposta levantada no Primeiro Seminário Regional de Sociologia no Ensino Médio, promovido e realizado no Laboratório de Sociologia do Trabalho (LASTRO), do departamento de Sociologia e Ciência Política – CFH/UFSC – com a participação de 86 professores da Grande Florianópolis.
<http://lefisfln.wordpress.com/lefis/>

apoio técnico e financeiro ao desenvolvimento de projetos que visem o aprimoramento de propostas curriculares para o Ensino Médio, compatível com as exigências da sociedade contemporânea. Este programa com o período de formação de três mil horas, ao invés das duas mil e quatrocentas horas do Ensino Médio convencional, começou a ser implementado no IEE em 2010.

A própria trajetória histórica de cento e vinte e um anos do IEE é diferenciada e possibilitou que se consolidassem todas as características que o diferenciam. Sua criação em 1892 iniciou de maneira efetiva a reforma da instrução pública no Estado, sendo a primeira instituição estadual para formação de professores primários. Em 1963, através da Lei nº 3191/63, o Instituto é destinado a servir como órgão superior de estudos e experimentação pedagógica. É lhe concedida, essa lei, autonomia administrativa e financeira. No ano seguinte, ano do golpe militar, é concedido por decreto ao Instituto Estadual de Educação, além da autonomia administrativa e financeira, também autonomia didática. Porém em 1965, ele perde sua autonomia e passa a fazer parte da Fundação Educacional de Santa Catarina, situação em que permanece até 1968. Em 1969, a instituição desvincula-se da fundação e passa a denominar-se Instituto Estadual de Educação, por meio da Lei nº 4282/69. Desse modo, ele volta a assegurar sua autonomia didática e financeira. Sua subordinação administrativa volta a ser diretamente ao governo do Estado de Santa Catarina (IEE, 1987).

O Governo Estadual, na década de 1990, reconhecendo a autonomia administrativa, didática e financeira do IEE e sua condição de instituição de ensino e pesquisa, que o diferencia de uma simples unidade escolar, por intermédio da Lei nº 8.240 de 12 de abril de 1991, colocou a instituição diretamente na estrutura administrativa da Secretaria de Estado da Educação, Cultura e Desporto (SED) em nível de Diretoria. Isto significa que o IEE é única escola estadual que se reporta diretamente à Secretaria de Educação e não a uma das Gerências Regionais.

Conhecido pela grandiosidade de sua edificação, com 22.000 m² de área construída, o Instituto é considerado o maior colégio público da América Latina. Possui números grandiosos não só pelo aspecto físico, mas também como humano. Diariamente, pelas suas instalações, calcula-se que passem cerca de 8.500 pessoas, entre alunos, funcionários, professores e comunidade. Segundo as informações disponíveis para consulta do Censo Escolar 2012, publicadas no Diário Oficial da União no dia 21 de dezembro de 2012, encontravam-se

matriculados nesta instituição 4547 estudantes, destes, 1817 estavam no Ensino Médio. E, de acordo com o Plano Político Pedagógico (PPP), a escola encontra-se com cerca de 420 professores, entre efetivos e contratados temporariamente, que fazem parte do quadro de profissionais do IEE.

No IEE a disciplina de Sociologia desenvolve-se a partir de um Plano de Ensino que se baseia na proposta curricular estadual e no livro didático de Nelson Dacio Tomazi.³ A utilização deste material, escolhido consensualmente pelos professores da disciplina em 2006, auxilia o fortalecimento de um corpo comum de temas a serem problematizados. Segundo o professor de Sociologia Norberto de Jesus Prochnov, o Plano de Ensino estabelece as linhas básicas orientadoras do programa de conteúdos, operacionalizando a integração vertical e horizontal dos conteúdos. Para o ensino destes, os professores utilizam diferentes metodologias didáticas, partindo de seus conhecimentos e dinâmicas próprias, pois cada um carrega consigo sua experiência pessoal única.

Desta forma, antes mesmo do PNLD de 2012, de os alunos possuírem o livro didático, os conteúdos estabelecidos e lecionados já seguiam a mesma ordenação das unidades do livro de Nelson Dacio Tomazi. Assim, no primeiro ano os temas centrais são: *Indivíduo e Sociedade; Trabalho e Sociedade; e As desigualdades Sociais*. No segundo estuda-se: *Política e Sociedade – as formas do Estado; Cultura e ideologia; e, Cidadania e Movimentos Sociais*. E no terceiro, ano em que o número de aulas semanais cai de duas para uma, os professores costumam trabalhar sociologicamente os temas do vestibular. Então, quando o ensino de Sociologia foi contemplado pelo PLND de 2012 com duas opções de livros didáticos, optou-se por trabalhar com o livro *Sociologia para o Ensino Médio*, de Tomazi.

Mesmo neste contexto as implicações da implementação do livro didático de Sociologia no Ensino Médio mostraram-se relevantes. Neste sentido, este estudo de caso representa uma realidade específica e a partir da submersão nesta particularidade possibilita um entendimento mais abrangente da questão do livro didático e do ensino de Sociologia

Assim, para entender o significado da implementação do livro didático de Sociologia no Ensino Médio e analisar suas consequências é necessário, primeiramente, que se compreenda a trajetória da Sociologia

³ Na época foi adotado o livro *Iniciação à Sociologia*, de 1998, escrito por uma equipe de especialistas e organizado por Nelson Dacio Tomazi.

como disciplina escolar, para depois tratar do PNLD e do significado da inclusão a Sociologia neste, da utilização do livro didático em sala de aula e fora dela e das consequências da introdução do livro didático de Sociologia no Ensino Médio, e, então, finalizar com algumas reflexões acerca das implicações deste processo.

3 A TRAJETÓRIA DA SOCIOLOGIA NO ENSINO MÉDIO BRASILEIRO

A intermitente trajetória da Sociologia como disciplina escolar se deve a sua relação com o contexto sócio histórico. Os processos educativos são complexos, não se definem por uma única variável, pois o âmbito educacional se faz repleto de condicionantes. A organização escolar relaciona-se com a organização da sociedade. Assim, a presença ou a ausência da Sociologia nos currículos escolares depende

dos contextos histórico-culturais, das teias complexas das relações sociais, educacionais e científicas, que atuaram e atuam na configuração do campo da sociologia a partir de sua relação com o sistema de ensino. (SILVA, 2007, p.405).

A primeira vez em que foi estabelecida a obrigatoriedade da Sociologia como disciplina no ensino secundário foi em 1891, através da reforma educacional do Governo Provisório da República, coordenada por Benjamin Constant, ministro da Instrução Pública. Entretanto, essa reforma foi apenas em parte operacionalizada e a Sociologia nunca chegou a realmente figurar entre as disciplinas obrigatórias, pois a Reforma Epiácio Pessoa de primeiro de janeiro de 1901 desobrigou seu ensino.

Em 1925 a Reforma Rocha Vaz estabeleceu que o ensino de Sociologia fosse obrigatório nas escolas secundárias, mas em 1942 a reforma de Gustavo Capanema, ministro da educação do governo de Getúlio Vargas, desobrigou seu ensino nas escolas secundárias, mantendo-o somente nas escolas normais.

Em 1971, a Reforma Jarbas Passarinho, modifica a organização estrutural estabelecida pela Reforma Capanema. A Sociologia, apesar de compor a parte diversificada do segundo grau, teve suas possibilidades de reinserção diminuídas, pois as escolas eram orientadas a incluírem disciplinas que implicassem aplicação prática dos conteúdos estudados.

Em 1996 a Sociologia foi referida na lei máxima atual do sistema de ensino brasileiro. O artigo 36 da Lei de Diretrizes e Bases, no parágrafo 1º, inciso III, estabeleceu que o estudante ao finalizar o Ensino

Médio, demonstre “domínio de conhecimentos de Filosofia e Sociologia necessários ao exercício da cidadania”. Então, em 1998 as Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio (Parecer CNE/CEB nº 15/98) regulamentaram que as propostas pedagógicas das escolas deveriam assegurar tratamento interdisciplinar e contextualizado dos conhecimentos de Filosofia e Sociologia necessários ao exercício da cidadania. De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais os conteúdos das ciências humanas poderiam ser organizados, a critério da escola, em disciplinas específicas ou em projetos e atividades que se orientem pela interdisciplinaridade.

Em 2006, no dia sete de julho, o Conselho Nacional de Educação aprova uma resolução que obriga o ensino das disciplinas de Sociologia em todas as vinte e três mil escolas de Ensino Médio do país. O parecer do Governo Federal com relação à inserção da Sociologia no Ensino Médio como disciplina obrigatória ocorreu no dia dois de junho de 2008, quando o presidente em exercício José Alencar sancionou a Lei nº. 11.684/2008. A sua obrigatoriedade entrou em vigor após a publicação no Diário Oficial da União. Com esta aprovação o Congresso Nacional alterou o disposto anteriormente na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Devido a sua trajetória, a Sociologia, como disciplina escolar, ainda não tem uma identidade definida, é pouco conhecida pelos alunos que chegam ao Ensino Médio e também por parte da comunidade escolar. Neste sentido, o fato de a Sociologia ser contemplada pelo PNLN representa um movimento de reconhecimento da disciplina.

4 O PROGRAMA NACIONAL DO LIVRO DIDÁTICO DE SOCIOLOGIA

O Programa Nacional do Livro Didático é um programa do Ministério da Educação financiado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, com recursos financeiros do Orçamento Geral da União e da arrecadação do salário-educação, a fim de subsidiar o trabalho pedagógico dos professores por meio da distribuição de livros didáticos. Sua execução compreende muitas etapas. Na questão da avaliação do livro o processo começa com a formulação do Edital e se encerra com a elaboração do Guia PNLN.

A formulação do Edital que contempla a Sociologia teve início em 2009 com a participação da Comissão Técnica e a equipe da Diretoria de Políticas de Formação, Materiais Didáticos e de Tecnologia para a Educação Básica do MEC, onde foram definidos os princípios e

critérios gerais de avaliação a fim de assegurar a qualidade das obras aprovadas, sendo que estes tratam dos aspectos físicos, legais, editoriais e teórico-metodológicos das obras. Já os princípios e critérios específicos de cada componente curricular foram formulados a partir de discussões por área.

No Edital de 2009 a Sociologia foi incluída pela primeira vez no PNLD devido a sua obrigatoriedade como componente curricular nos três anos do Ensino Médio, em decorrência da Lei n. 11.684/08. Seus princípios específicos de avaliação, discutidos por membros da área de Ciências Humanas e suas Tecnologias (Filosofia, Geografia, História e Sociologia), são os seguintes:

1. Assegurar a presença das contribuições das três áreas que compõem as Ciências Sociais: Antropologia; Ciência Política; e Sociologia.
2. Garantir que as Ciências Sociais se apresentem nas páginas do livro como um campo científico rigoroso, composto por estudos clássicos e recentes e por diferenças teóricas, metodológicas e temáticas.
3. Permitir, por meio de mediação didática exitosa, que o aluno desenvolva uma perspectiva analítica acerca do mundo social.
4. Servir como uma ferramenta de auxílio ao trabalho docente, preservando-lhe a autonomia. (BRASIL, 2011, p.08).

Os livros inscritos no Edital são avaliados a partir da Ficha de Avaliação, elaborada pela comissão técnica e a coordenação de área com base no Edital, que contempla os critérios gerais e específicos a serem analisados pelos pareceristas, selecionados pelo coordenador da área e dois coordenadores adjuntos, responsáveis pela gestão administrativa. No caso da Sociologia a instituição executora deste processo foi a Universidade Federal do Rio de Janeiro. Os quatorze livros de Sociologia inscritos no Edital foram avaliados por um grupo de quatorze pareceristas, composto por professores, do ensino superior e da educação básica, com formação em Ciências Sociais, pertencentes a diferentes instituições públicas de diferentes regiões do Brasil, contemplando as diferentes realidades do ensino e da formação do professor de Sociologia. Cada obra, contendo o livro do aluno e o manual do professor, não identificada quanto a seu(s) autor(es) e a sua editora, é avaliada por dois pareceristas, sendo que cada um avalia duas obras. Os pareceres de exclusão são lidos e revisados por um leitor

crítico. E então, outro leitor crítico lê e revisa o Guia PNLD 2012 de Sociologia.

Os resultados de seleção saíram em 2011, sendo que para a Sociologia, de quatorze livros, apenas dois foram selecionados. Este fato pode ser relacionado à questão, supracitada, da ausência da Sociologia como disciplina obrigatória nos currículos escolares por quase sete décadas. A Sociologia acabou por se constituir em uma área de conhecimento eminentemente acadêmica e atualmente enfrenta dificuldades na transposição de sua linguagem acadêmica para uma escolar.

Em seguida foi lançado o Guia PNLD 2012 de Sociologia, para a escolha, por parte da escola, do livro didático a ser adotado dentre aqueles que foram aprovados. O Guia PNLD 2012 de Sociologia descreve o processo de seleção dos livros, analisa os problemas específicos da disciplina apresentados pelos livros excluídos, trata dos limites e benefícios do livro didático e apresenta resenhas dos livros selecionados para melhor fundamentar a escolha feita pela escola.

5 CONSIDERAÇÕES SOBRE A UTILIZAÇÃO DOS LIVROS DIDÁTICOS DE SOCIOLOGIA

São muitas as implicações do livro didático no processo de ensino e aprendizagem, sobretudo no caso da Sociologia, ainda sem tempo suficiente para consolidar-se como disciplina escolar. Sabemos que o livro não deve se constituir no único material de ensino em sala de aula, mas pode ser uma referência capaz de estimular a curiosidade e o interesse para a discussão, a análise e a crítica dos conhecimentos sociológicos. Isso significa que é tarefa do professor/professora fazer do livro didático um aliado de sua prática pedagógica, adequando-o ao projeto político-pedagógico de sua escola, as suas necessidades, e a de seus alunos. (BRASIL, 2011, p.07).

As formas de abordagem e utilização dos livros didáticos são muito variadas, pois são conjunturais. Cada professor percebe o livro de uma maneira diferente e dependendo de sua concepção pedagógica e estratégia de ação poderá utilizar o livro como único recurso, como base a ser complementada com outros materiais, como material auxiliar para

que o aluno estude em casa ou até poderá optar por não utilizá-lo (TAKAGI, 2007, p.109).

Os alunos também percebem o livro didático cada um a seu modo. Para alguns pode ser que este seja um dos únicos materiais escritos que possuam para ter acesso a conhecimentos sistematizados cientificamente. E, por ser um material que o aluno pode levar para casa, a família também pode se beneficiar desse bem cultural (TAKAGI, 2007, p.109).

Além de possibilitar o acesso a um bem cultural, atuando na dimensão social, o livro didático de Sociologia também atua nas dimensões didático-pedagógica e política, por favorecer a capacitação dos alunos de estranhar e desnaturalizar a vida social e por contribuir para a melhoria da qualidade de ensino (BRASIL, 2011).

O livro didático abre diferentes possibilidades em cenários diversos, entretanto a percepção e apropriação deste não depende apenas das conjunturas externas, depende também de seus próprios limites de linguagem, de abordagem, de alcance temporal e espacial.

Ao longo dos últimos dois anos e meio em que observei diferentes turmas do Ensino Médio do IEE e participei de diversos debates, através do PIBID e das oficinas do LEFIS, sobre o ensino de Sociologia e o livro didático, foi possível constatar determinados limites, exteriores e interiores, do livro didático. Seus limites e implicações são aqui analisados a título de reflexão. Essas reflexões são referentes a uma realidade específica, mas possibilitam um entendimento mais abrangente da questão do livro didático e do ensino de Sociologia, pois para podermos capturar a profundidade lógica do mundo social devemos submergir na particularidade de uma realidade empírica, historicamente situada e datada (Bourdieu, 1997, p. 48-52).

6 O LIVRO SOCIOLOGIA PARA O ENSINO MÉDIO

As duas obras aprovadas pelo PNLD 2012 de Sociologia foram os livros *Sociologia para o Ensino Médio*, de Nelson Dacio Tomazi, e *Tempos Modernos, Tempos de Sociologia*, de Helena Maria Bomeny Garchet e Bianca Stella Pinheiro de Freire Medeiros. Neste artigo, por especificidade do objeto de estudo, trabalharei apenas com a obra de Tomazi, adotada pelo IEE.

A obra do professor doutor em Sociologia Nelson Dacio Tomazi, *Sociologia para o Ensino Médio*, compreende o livro didático e o manual do professor. O livro é composto por volume único de 256 páginas. Apresenta uma pequena introdução intitulada “O estudo da

Sociologia” e é então dividido em sete unidades, subdividas em três ou quatro capítulos. As unidades são, respectivamente, “A sociedade dos indivíduos”, “Trabalho e sociedade”, “Estrutura social e desigualdades”, “Poder, política e estado”, “Direitos, cidadania e movimentos sociais”, “Cultura e ideologia” e “Mudança e transformação social”. Cada unidade termina com uma seção de “Leituras e atividades” e cada capítulo apresenta as seções “Nas palavras do autor” e “Cenário da sociabilidade contemporânea”. No final do livro encontram-se o Apêndice, dedicado à história do desenvolvimento da Sociologia, e a bibliografia utilizada. Já o Manual do Professor, de 96 páginas, é dividido em sete partes – Apresentação, “Questões teórico-metodológicas”, “Seleção e organização do conteúdo”, “Subsídios e orientações para o trabalho em sala de aula”, “Trabalhos com projetos”, “A pesquisa como forma de ensino” e bibliografia.

As questões do conteúdo e da apresentação do livro didático são importantes para compreender seu uso e suas implicações. Entretanto, neste caso a análise não procederá a partir do livro em si, mas de como este é percebido por alunos e professores e de como eles o utilizam.

7 CONSIDERAÇÕES SOBRE O ANTES E DEPOIS DO PNLD DE 2012

As oficinas do LEFIS e as reuniões do PIBID possibilitaram o contato com diferentes questionamentos e análises sobre os livros didáticos, seu conteúdo, as possibilidades de trabalhá-lo e suas implicações, mas foi no IEE, através do estágio e das atividades do PIBID na escola, que pude vivenciar o trabalho com o livro didático e as mudanças decorrentes do PNLD de 2012.

No IEE o Plano de Ensino da disciplina de Sociologia tem como base o livro didático *Sociologia para o Ensino Médio*, de Nelson Dacio Tomazi, desde 2006, antes mesmo deste ser selecionado e distribuído pelo PNLD de 2012. Como supracitado, o Plano de Ensino da disciplina segue a ordenação do livro, estabelecendo um corpo comum de temas, operacionalizando a integração vertical e horizontal dos conteúdos, facilitando a mobilidade dos alunos entre turmas. Seguindo as linhas básicas orientadoras do programa de conteúdos cada professor pode, então, adotar as metodologias didáticas de sua escolha, atuar de acordo com suas experiências pessoais, sem nem mesmo precisar trabalhar com o livro ou com o conteúdo da mesma forma que é apresentado por este.

O livro didático do Tomazi já fazia parte da realidade dos professores de Sociologia do Instituto, sua presença é marcante no Plano de Ensino da disciplina, contudo, não estava, necessariamente, presente nas aulas e muito menos nas mãos dos alunos.

Um dos professores efetivos de Sociologia no Instituto, Marcus Vinicius de Souza, formado em Ciências Sociais na UFSC, supervisor no Instituto das atividades do Estágio I e II e do PIBID, alegou, em entrevista concedida em julho de 2013, que havia pedido há alguns anos, quando começou a lecionar, para que uma turma comprasse o livro *Iniciação à Sociologia*, antigo livro didático de Nelson Dacio Tomazi. Os alunos o adquiriram, entretanto, por ser um livro caro, o professor optou por não realizar essa demanda novamente a outras turmas e seguiu trabalhando eventualmente com o livro didático, através de fotocópias.

Ao longo do ano de 2011, nos seis meses de acompanhamento das aulas de Sociologia do professor Marcus nas turmas 253, em abril e maio, e 252, de setembro a dezembro, o livro didático não foi utilizado como referência. O professor optava por passar no quadro o conteúdo de diferentes livros, adaptando-os de uma linguagem acadêmica para uma linguagem mais escolar. Ele utilizou em sala recursos como a Constituição, reportagens de revistas, vídeos do Youtube e trechos de documentários.

Neste mesmo ano, durante as aulas ministradas através do Estágio, eu e a colega Elis Rodrigues da Costa trabalhamos o tema movimentos sociais com base em livros e artigos científicos e diferentes livros didáticos, entre eles o livro *Sociologia para o Ensino Médio*. Além de utilizarmos o quadro e a projeção de imagens e vídeos para trabalhar o conteúdo, também elaboramos textos a serem distribuídos para a turma, mas encontramos dificuldades com o controle do número de cópias, com o fato de os alunos perderem os textos de uma aula para a outra e de não os consultarem para realizarem suas atividades.

O cenário mudou em 2012. Trabalhávamos com a turma 150 do primeiro ano do Ensino Médio, que foi o primeiro ano a receber o livro didático de Sociologia através de sua distribuição gradual pelo PNLD. Os alunos receberam os livros em abril, após a entrega das chaves dos armários para guardá-los.

Os armários parecem representar uma condição importante para o uso do livro didático. Significa que os alunos podem estar com o livro sempre disponível, pois lhes foi possibilitada a opção entre levar o livro para casa e depois trazê-lo de volta para a aula ou guardá-lo no espaço escolar. Para facilitar essa questão logística para os alunos o professor

Marcus procurava avisar antecipadamente aos alunos quando o livro seria utilizado em aula.

A partir da implementação do livro didático de Sociologia o embasamento nele e as referências a ele passaram a ser mais frequentes em sala de aulas. O professor Marcus ainda recorria ao uso do quadro com conteúdos fundamentados a partir de fontes diversas, de diferentes livros didáticos e livros e artigos científicos, e recorria, principalmente, a realização de debates, mas passou a indicar para os alunos quais são as páginas do livro didático que abordam o conteúdo trabalhado, a fim de possibilitar um melhor acompanhamento da disciplina, realização de trabalhos e de provas, sendo que em uma delas foi permitida a consulta ao livro.

Com a indicação de onde se encontrava o conteúdo alguns alunos passaram a utilizar o livro de forma autônoma, consultando-o, para estudar para provas e para elaborar os trabalhos da disciplina, paralelamente aos outros recursos e conhecimentos disponibilizados pelo professor. Porém, a maioria dos alunos demonstra dificuldade em entender não apenas o conteúdo do livro, mas sua linguagem. Fato que pode até ser um ponto problemático possível de ser modificado, mas que destaca a importância da mediação do professor. Não se trata apenas de uma questão da transposição de uma linguagem acadêmica para uma escolar, mas também da própria questão da capacidade de leitura dos alunos, das deficiências do sistema escolar.

Gradualmente o livro foi sendo mais utilizado pelo professor em sala de aula. Além de se embasar nele para definir e elaborar o conteúdo a ser trabalhado e de fazer referência a ele durante as aulas, passou a utilizar eventualmente seus textos, ilustrações e gráficos para trabalhar o conteúdo. A utilização do livro didático como fonte de materiais a serem problematizados também foi adotada pelos bolsistas do PIBID em algumas de suas atividades na escola.

A partir dessas experiências e das discussões sobre livros didáticos realizadas no Estágio I e II, nas reuniões do PIBID e nas oficinas do LEFIS, concluiu-se que a sua implementação mostrou-se vantajosa do ponto de vista educativo devido ao fato de que os alunos possuírem o livro didático possibilitou aos professores trabalhar mais com este recurso e facilitou o acesso do aluno e de sua família ao conhecimento. Por outro lado, sua implementação ressaltou a dificuldade de entendimento da linguagem e do conteúdo do livro por parte de muitos alunos, revelando suas debilidades formativas no que se refere à capacidade de leitura e de interpretação de textos, além da

carência de conhecimentos básicos necessários à compreensão daqueles conteúdos.

Do ponto de vista do professor, essas debilidades formativas implicam maiores dificuldades em trabalhar com o livro didático em sala de aula, mas apontam possibilidades educativas e desafios como: estimular a leitura, trabalhar textos e sua interpretação, problematizar questões e temas advindos das leituras, explicar teorias e conceitos constitutivos de seu conteúdo de ensino, relacionar os conteúdos à realidade dos alunos, complementar possíveis lacunas conceituais, espaciais e temporais do livro e utilizá-lo juntamente com outros recursos didáticos.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O PNLD de 2012 começa por influenciar o reconhecimento da Sociologia como disciplina escolar. A função da Sociologia no currículo escolar pode ter sido ambígua e os livros didáticos de Sociologia podem ter seus limites, entretanto, atualmente, o ensino da disciplina encontra-se nas mãos dos profissionais formados na área de Ciências Sociais, que têm uma formação crítica e podem facilitar aos alunos a construção de um pensamento crítico, até mesmo sobre o próprio livro didático.

O professor pode recorrer aos livros didáticos mesmo que não esteja de acordo com seu conteúdo, abordagem ou linguagem, problematizando-o, incitando o aluno a trabalhar criticamente com este e, conseqüentemente, com outras fontes de conhecimento, questão que pode ser muito bem desenvolvida pela Sociologia.

Apesar dos limites do livro didático de Sociologia, sua introdução no Ensino Médio modificou a dinâmica de aulas, das atividades do professor e dos alunos. O livro didático mostrou-se útil por ser um material ao qual o aluno pode recorrer em sala e em casa. Entretanto, limites externos ao livro também influenciam sua utilização. Se o aluno for obrigado a sempre levar e trazer o livro por não poder deixá-lo na escola, isso representa um obstáculo para sua utilização por parte do aluno. A possibilidade de armazenar o livro didático no espaço escolar é uma condição importante para o desenvolvimento do trabalho com este.

Os limites do livro didático e da relação do aluno com este ressaltam a importância do professor como mediador entre o aluno e o conhecimento historicamente acumulado. O livro não substitui o professor, ele é uma ferramenta de auxílio ao trabalho docente que requer mediação didática. O papel do educador é essencial, de maneira

que sua formação deve ser contínua para dar conta da realidade em constante mudança. A implementação do livro didático de Sociologia implica o reconhecimento da disciplina por um lado, mas por outro representa a necessidade de fortalecê-la, a necessidade de capacitação do professor para trabalhar com este recurso, questão que, em geral, não recebe a devida atenção.

O professor de Sociologia precisa, não apenas, aprender a trabalhar com o livro didático, mas aprender a ser mais didático em seu trabalho. Se no livro há falta de transposição didática o professor deveria, de alguma maneira, compensar esta falha. Seria necessário, por exemplo, que ele aprendesse estratégias para passar e trabalhar textos com as turmas de Ensino Médio, contornando a questão dos limites de linguagem estimulando a leitura a partir de diferentes dinâmicas. Estimular os alunos, prender sua atenção e dar continuidade aos conteúdos são tarefas difíceis não importa o recurso utilizado.

A pesquisa revelou, portanto, que o uso do livro didático de Sociologia em sala de aula, por professores e alunos, abre possibilidades educativas importantes e contribui para que os educandos tenham acesso aos conhecimentos das Ciências Sociais acumulados historicamente. Entretanto, para que essas potencialidades se desenvolvam são necessárias transformações que enfrentem problemas estruturais do sistema público escolar, que atinjam as condições materiais e pedagógicas das escolas que tornam precário o trabalho docente.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, Pierre. *Razões Práticas*. São Paulo: Papirus, 1997.

BRASIL. *Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência*. Disponível em:
<<http://www.capes.gov.br/educacao-basica/capespibid>> Acesso em: 20 de junho de 2013.

_____. *Programa Nacional do Livro Didático*. Disponível em:
<http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12391&Itemid=668> Acesso em: 20 de junho de 2013.

_____. *Guia de livros didáticos: PNLD 2012: Sociologia*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2011.

_____. Ministério da Educação. *Programa: Ensino Médio Inovador – Documento Orientador*. Brasília: Setembro de 2009. Disponível em:
<http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/documento_orientador.pdf>. Acesso em: 09 de maio de 2011.

DA COSTA, Elis Rodrigues; GÓES, Laura Montenegro. *Relatório de Estágio Supervisionado Licenciatura em Ciências Sociais*. Florianópolis: UFSC, 2011. 130 p.

FERNANDES, Florestan. O ensino de Sociologia na Escola Secundária Brasileira. In: *A Sociologia no Brasil: contribuição para o estudo de sua formação e desenvolvimento*. Petrópolis: Vozes, 1980. p. 105-120.

_____. Desenvolvimento histórico-social da Sociologia no Brasil. In: *Sociologia no Brasil: contribuição para o estudo de sua formação e desenvolvimento*. Petrópolis: Vozes, 1980. p. 25-49.

INSTITUTO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO. *Projeto Político Pedagógico*. Secretaria Estadual de Educação/IEE: Florianópolis, 2007.

INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. *Data Escola Brasil*. 2012. Disponível em:
<<http://www.dataescolabrasil.inep.gov.br/dataEscolaBrasil/>> Acesso em: 20 de junho de 2013.

LEAL, E. J. M. *Instituto Estadual de Educação: a erosão da ordem autoritária*. Florianópolis: Editora da UFSC, 1989.

PIMENTA, Selma; LIMA, Maria do Socorro. *Estágio e docência*. Coleção Docência em formação. São Paulo: Cortez, 2004. Capítulo 1.

SANTA CATARINA. Secretaria do Estado de Educação. *Proposta curricular de Santa Catarina*. Ensino Fundamental e Médio. Florianópolis, 1998.

SILVA, Ileizi Fiorelli. *A sociologia no ensino médio: os desafios institucionais e epistemológicos para a consolidação da disciplina*. In: Cronos, Natal-RN, v. 8, n. 2, p. 403-427, jul./dez. 2007.

TAKAGI, Cassiana Tiemi Tedesco. *Ensinar Sociologia: análise de recursos do ensino na escola média*. 2007. Dissertação (Mestrado – Programa de Pós-graduação em Educação – Área da Sociologia da Educação) Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. Orientador: Amaury César Moraes.

TOMAZI, Nelson Dacio. *Sociologia para o Ensino Médio*. São Paulo: Saraiva, 2010. 2ª Ed.